

**00278-2004-088-03-40-6 AI**

**Data de Publicação: 29-04-2005**

**Órgão Julgador: Primeira Turma**

**Relator: Marcus Moura Ferreira**

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA INFERIOR AO DOBRO DO MÍNIMO LEGAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INAPLICABILIDADE DO ART. 2º., PARÁG. 4º. DA LEI 5584/70.** A Lei 5584/70 regulamenta os dissídios individuais, como se vê do caput do seu art. 2º., dispondo, no parág. 4º., que não caberá nenhum recurso das sentenças proferidas nos dissídios de alçada a que se refere o seu parág. 3º. Entretanto, **tal não se aplica às ações civis públicas ou à cautelar de exibição de documentos interposta com o objetivo de prepará-la. Estas visam preservar os direitos difusos ou coletivos, a defesa do meio ambiente, do consumidor, dos bens de valor artístico, estético, histórico ou paisagístico, tendo sido instituídas pelo legislador exatamente com o fito de preservar aqueles direitos que dizem respeito a todo um segmento da população ou mesmo às gerações futuras, mas nunca um direito individual. Portanto, não se caracterizando como dissídios individuais, não se lhes aplica a Lei 5584/70.**